



ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial em 31/12/2021 e 2020 e 01/01/2020 (Em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Lucro Líquido

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31/12/2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social - A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12/01/2017 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O objeto social é instalações de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pelo Compensador Estático de Reativos, em 500 KV, 150+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada. 1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica - Em 10/02/2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 10/02/2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados de Minas Gerais, compostas pelo compressor estático de reativos, em 500 KV, 150+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço. A obrigação da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos é: (I) operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão; (II) realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; (III) organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; (IV) atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória; (V) submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; (VI) manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e (VII) operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. 1.3. Encargos regulamentares - Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.227/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. 1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia - Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dando os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços,

além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e manterem contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020 e 2021. Com base na avaliação acima, em 31/12/2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPCO 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31/03/2022. 2.2. Moeda funcional e base de mensuração - Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pela International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: i. Nota explicativa 6 - Ativo de Contrato; Contabilização de contratos de concessão; e ii. Nota explicativa 9 - Impostos Diferidos; Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido. 2.3.1. Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. 3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. Caixa e equivalente de caixa - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequentemente - para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

de; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31/12/2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequentemente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a AVT regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47 /IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: • Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. • Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: • Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. • Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfazida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. 3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. 3.5. Dividendos - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos

Ativos financeiros a custo amortizado Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Ativos financeiros mensurados a VJR Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Socieda-





ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01

propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art. 202, I da lei das S.A. "Art. 202, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.6. Contingências - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. 3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment") - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. 3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita - As receitas são reconhecidas quando o contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos-ativo contratual. 3.11. Despesas operacionais - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.12. Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida da adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICP 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31/12/2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. 3.13. Despesas e receitas financeiras - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. 3.14. Reapresentação das informações financeiras - Os valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31/12/2020 e 01/01/2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação de erro no cálculo e registro dos PIS e da Cofins diferidos sobre o cálculo do ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

a) Balanço patrimonial

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Circulante (Fornecedores, Tributos e encargos sociais, Dividendos, Total do passivo circulante) and Não circulante (Impostos renda e contribuição social diferidos, PIS e COFINS diferidos, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido).

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Passivo e patrimônio líquido Circulante (Fornecedores, Tributos e encargos sociais, Dividendos, Total do passivo circulante) and Não circulante (Empréstimos e debêntures a pagar, Impostos renda e contribuição social diferidos, PIS e COFINS diferidos, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido).

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Passivo e patrimônio líquido Circulante (Fornecedores, Tributos e encargos sociais, Dividendos, Total do passivo circulante) and Não circulante (Empréstimos e debêntures a pagar, Impostos renda e contribuição social diferidos, PIS e COFINS diferidos, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido).

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 4 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Receita operacional líquida, Custos de construção, Resultado operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferido, Lucro líquido do exercício.

Table with 3 columns: Divulgado 01/01/2020, Ajustes, Reapresentado 01/01/2020. Rows include Demonstração do resultado abrangente (Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Demonstração do fluxo de caixa (Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais, Despesas com Juros, Impostos correntes e diferidos, Remuneração do ativo de contrato, Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Fluxo de caixa das atividades de investimento (Aplicação em Linhas de Transmissão, Aplicações financeiras e recursos vinculados).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (Aplicação em Linhas de Transmissão, Aplicações financeiras e recursos vinculados).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Fluxo de caixa das atividades de financiamento (Captação de empréstimo, Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício).

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício, Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Table with 3 columns: Normas, Descrição, Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após. Rows include IFRS 17, Alterações ao IAS 1, Alterações ao IAS 8, Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática.

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Table with 3 columns: Normas, Descrição, Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após. Rows include IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2), IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia. 5. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Table with 4 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Caixa e bancos, Fundos de renda fixa (i).

(i) A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Renda Fixa. Sendo elas BNB Institucional FI Renda Fixa, BNB Conta Reserva FI RF REF DI e Itaú TOP DI FIC R. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 90% do CDI, no ano de 2020 a remuneração foi de 86% do CDI. 6. Concessão do serviço público (ativo de contrato): Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31/12/2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Linhas de Transmissão (Margem de construção, Margem de operação e manutenção, Taxa de remuneração, Índice de correção dos contratos, Ativo de contrato 31/12/2020, Receita de remuneração do ativo de contrato, Receita das margens da obrigação de performance de construção, Receita de Construção da Infraestrutura, Ativo de contrato 31/12/2021, Circulante, Não circulante).

7. Fornecedores: Os valores são demonstrados como segue:

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include GE - Grid Solutions Transmissora de Energia Ltda. (i), Laureano & Meirelles Engenharia Ltda, Engenhetica engenharia e construção LTDA, Arpoador Construções e Projetos Ltda, Outros fornecedores, Total circulante.

(i) O fornecedor refere-se a venda de materiais e serviços ligados a construção da linha de transmissão.

8. Empréstimo e debêntures a pagar

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Credor, Encargos, Data final, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Financiamento BNB (a) IPCA + 1,46%, Emissão de debêntures (b) IPCA + 6,62%.

A movimentação do empréstimo e debêntures estão demonstradas a seguir:

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include Empréstimos (Saldo em 2020, Captação, Encargos monetários e Custos, Pagamento de principal, Pagamento de juros, Saldos em 2021).

Mensurada ao custo Moeda Nacional Mensurado ao valor justo

Table with 3 columns: Divulgado 31/12/2020, Ajustes, Reapresentado 31/12/2020. Rows include IPCA, Total, Circulante, Não Circulante.

Table with 5 columns: Saldos em 2020, Captação, Encargos, atualização monetária e Custos, Pagamento de principal, Pagamento de juros, Saldos em 2021. Rows include Debêntures, Mensurada ao custo Moeda Nacional Mensurado ao valor justo.

Table with 5 columns: Saldos em 2020, Captação, Encargos, atualização monetária e Custos, Pagamento de principal, Pagamento de juros, Saldos em 2021. Rows include IPCA, Total, Circulante, Não Circulante.

(a) Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, número 5.2019.256.6131, programa PROINFRA, assinado em 05 de abril de 2019 no valor total de R\$ 71.941. O primeiro saque foi de R\$ 36.000 em 17/09/2020, o segundo saque foi em 25/03/2021 foi no valor de R\$ 30.000, e o terceiro saque foi de R\$ 5.941. Recursos captados com objetivo de implementar a linha de transmissão. Em 31/12/2021, não existe evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("Covenants"). (b) Em 29/11/2021 a Companhia realizou emissão, composta de principal e juros, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por 6,6189% a.a., as debêntures não são conversíveis em ações e com vencimento em 15/11/2035. Foram emitidas 2.350 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando em R\$ 23.500. As debêntures tem por objetivo o investimento no projeto de linha de transmissão. Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Table with 2 columns: Ano, 2021. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027 a 2041, Total.

9. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Table with 2 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Passivo, Diferenças temporárias: Imposto de renda Diferido, Contribuição social sobre o lucro líquido, Total líquido - passivo não circulante.

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

Table with 4 columns: Base de cálculo, IRPJ +CSLL, Base de cálculo, IRPJ +CSLL. Rows include Passivo, Concessão do serviço público - ativo de contrato, Total.

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Receita de Construção da Infraestrutura, Receita das margens da obrigação de performance de construção, Receita de remuneração do ativo de contrato, Total, Total com Gross up, Presunção IRPJ - 8%, Presunção CSLL - 12%, IRPJ - 15%, Adicional - 10%, Total IRPJ diferido, Total CSLL diferido - 9%, Total IRPJ e CSLL diferidos (a).

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das informações contábeis" da respectiva demonstração financeira. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social corrente:

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Receita corrente, IRPJ, Adicional de IRPJ, CSLL.

10. Patrimônio Líquido: Capital Social - O capital social integralizado até 31/12/2021 e 2020 é representado somente por ações ordinárias:

Table with 4 columns: Quantidade de ações, R\$ mil, % do capital social, Quantidade de ações, R\$ mil, % do capital social. Rows include Vinci Infra Co investimentos, Vinci Infra Transmissão.

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal - 5%, Reserva legal anos anteriores, Reserva legal do exercício.

Reserva de lucro - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Reserva de lucro, Saldo final.

Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 50%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal - 5%, Base de cálculo de dividendos, Alíquota, Dividendos propostos (a).

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença (R\$1.078) no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucro.

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Dividendos, Dividendos pagos, Saldo final.

11. Lucro por ação: O lucro por ação básico e diluído é como segue:

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Lucro líquido por ação - em Reais (R\$).

12. Receita operacional líquida: Os valores são demonstrados como segue:

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Receita Bruta, Receita de construção (a), Receita de remuneração (a).

(-) Deduções PIS e COFINS - Efeito gross-up dos tributos de ativo de contrato (\*) (a)

Table with 4 columns: 31/12/2020 (Reapresentado), 31/12/2021. Rows include Receita Líquida, Gross up é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos. (a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das informações contábeis" da respectiva demonstração financeira.





 <b>ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.</b> CNPJ/MF Nº 26.855.869/0001-01																															
<b>13. Custos de construção:</b> Os valores são demonstrados como segue:																															
<table border="1"> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> <tr> <td>Serviços de Terceiros</td> <td>(12.928)</td> <td>(32.624)</td> </tr> <tr> <td>Tributos</td> <td>(2.292)</td> <td>(1.015)</td> </tr> <tr> <td>Desenvolvimento de projetos</td> <td>(38.078)</td> <td>(2.455)</td> </tr> <tr> <td>Outros custos</td> <td>(831)</td> <td>(1.071)</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>(54.129)</u></td> <td><u>(37.165)</u></td> </tr> </table>		31/12/2021	31/12/2020	Serviços de Terceiros	(12.928)	(32.624)	Tributos	(2.292)	(1.015)	Desenvolvimento de projetos	(38.078)	(2.455)	Outros custos	(831)	(1.071)		<u>(54.129)</u>	<u>(37.165)</u>	registrada na rubrica "Despesas operacionais" como "Despesas com pessoal". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:												
	31/12/2021	31/12/2020																													
Serviços de Terceiros	(12.928)	(32.624)																													
Tributos	(2.292)	(1.015)																													
Desenvolvimento de projetos	(38.078)	(2.455)																													
Outros custos	(831)	(1.071)																													
	<u>(54.129)</u>	<u>(37.165)</u>																													
<b>14. Despesas gerais e administrativas:</b> Os valores são demonstrados como segue:																															
<table border="1"> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td>(16)</td> <td>(15)</td> </tr> <tr> <td>Serviço de Terceiros</td> <td>(447)</td> <td>(226)</td> </tr> <tr> <td>Seguros</td> <td>(9)</td> <td>(14)</td> </tr> <tr> <td>Despesa com impostos e taxas</td> <td>(11)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>(483)</u></td> <td><u>(255)</u></td> </tr> </table>		31/12/2021	31/12/2020	Pessoal	(16)	(15)	Serviço de Terceiros	(447)	(226)	Seguros	(9)	(14)	Despesa com impostos e taxas	(11)	-		<u>(483)</u>	<u>(255)</u>	<table border="1"> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> <tr> <td>Pró-labore</td> <td>13</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Encargos sociais e benefícios</td> <td>3</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>16</u></td> <td><u>15</u></td> </tr> </table>		31/12/2021	31/12/2020	Pró-labore	13	13	Encargos sociais e benefícios	3	2		<u>16</u>	<u>15</u>
	31/12/2021	31/12/2020																													
Pessoal	(16)	(15)																													
Serviço de Terceiros	(447)	(226)																													
Seguros	(9)	(14)																													
Despesa com impostos e taxas	(11)	-																													
	<u>(483)</u>	<u>(255)</u>																													
	31/12/2021	31/12/2020																													
Pró-labore	13	13																													
Encargos sociais e benefícios	3	2																													
	<u>16</u>	<u>15</u>																													
<b>15. Resultado financeiro:</b> Os valores são demonstrados como segue:																															
<table border="1"> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> <tr> <td>Tarifas, multa e juros s/ empréstimo e debêntures</td> <td>(8.033)</td> <td>(164)</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária s/ empréstimo e debêntures</td> <td>(1)</td> <td>(1.035)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(2)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Despesas financeiras</b></td> <td><u>(8.036)</u></td> <td><u>(1.199)</u></td> </tr> <tr> <td>Receitas sobre aplicação financeira</td> <td>957</td> <td>173</td> </tr> <tr> <td><b>Receitas financeiras</b></td> <td><u>957</u></td> <td><u>173</u></td> </tr> <tr> <td><b>Resultado financeiro, líquido</b></td> <td><u>(7.079)</u></td> <td><u>(1.026)</u></td> </tr> </table>		31/12/2021	31/12/2020	Tarifas, multa e juros s/ empréstimo e debêntures	(8.033)	(164)	Atualização monetária s/ empréstimo e debêntures	(1)	(1.035)	Outras despesas financeiras	(2)	-	<b>Despesas financeiras</b>	<u>(8.036)</u>	<u>(1.199)</u>	Receitas sobre aplicação financeira	957	173	<b>Receitas financeiras</b>	<u>957</u>	<u>173</u>	<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(7.079)</u>	<u>(1.026)</u>	<b>18. Gestão de risco financeiro:</b> Em 31/12/2021, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:						
	31/12/2021	31/12/2020																													
Tarifas, multa e juros s/ empréstimo e debêntures	(8.033)	(164)																													
Atualização monetária s/ empréstimo e debêntures	(1)	(1.035)																													
Outras despesas financeiras	(2)	-																													
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(8.036)</u>	<u>(1.199)</u>																													
Receitas sobre aplicação financeira	957	173																													
<b>Receitas financeiras</b>	<u>957</u>	<u>173</u>																													
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(7.079)</u>	<u>(1.026)</u>																													
<table border="1"> <tr> <th></th> <th>Nível</th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> <tr> <td><b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>2</td> <td>35</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>2</td> <td>35.809</td> <td>11.995</td> </tr> <tr> <td><b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>2</td> <td>104.391</td> <td>37.035</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>2</td> <td>33.583</td> <td>4.975</td> </tr> </table>			Nível	31/12/2021	31/12/2020	<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				Caixa e equivalentes de caixa	2	35	53	Aplicações financeiras	2	35.809	11.995	<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>				Empréstimos e financiamentos	2	104.391	37.035	Fornecedores	2	33.583	4.975		
	Nível	31/12/2021	31/12/2020																												
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>																															
Caixa e equivalentes de caixa	2	35	53																												
Aplicações financeiras	2	35.809	11.995																												
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>																															
Empréstimos e financiamentos	2	104.391	37.035																												
Fornecedores	2	33.583	4.975																												
A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:																															
• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;																															
• Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e																															
• Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.																															
<b>18.1. Fatores de risco financeiro</b> - As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.																															
a) Risco de crédito - Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.																															
b) Risco de mercado - mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.																															
<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b> - Nossos procedimentos de auditoria incluem, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos contratos de concessão verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção; (a) a análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens arcaicos ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) a avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 6, 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.																															
<b>Outros assuntos - Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente</b> - O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020, preparadas originalmente antes dos ajustes em decorrência dos efeitos da correção de erros identificados no cálculo e registro do PIS e da Cofins diferidos sobre o ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social, conforme descrito na nota explicativa 3.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 09/06/2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.14 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto.																															
<b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b> - A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a																															
relatar a este respeito.																															
<b>Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</b> - A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.																															
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																															
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																															
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.																															
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.																															
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.																															
• Avaliamos a adequação das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.																															
Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.																															
<table border="0"> <tr> <td style="text-align: right;"> <b>ERNST &amp; YOUNG</b>                       Auditores Independentes S.S. Roberto Cesar Andrade dos Santos                      CRC - 2SP015199/O-6                 </td> <td style="text-align: left;">                     Contador CRC - 1RJ093771/O-9                 </td> </tr> </table>		<b>ERNST &amp; YOUNG</b>  Auditores Independentes S.S. Roberto Cesar Andrade dos Santos CRC - 2SP015199/O-6	Contador CRC - 1RJ093771/O-9																												
<b>ERNST &amp; YOUNG</b>  Auditores Independentes S.S. Roberto Cesar Andrade dos Santos CRC - 2SP015199/O-6	Contador CRC - 1RJ093771/O-9																														